

Notícias da Justiça e do Direito nos jornais deste domingo

06/04/2014

Escolhido pela maioria dos membros do MP-SP para chefiar a instituição, o atual procurador-geral de Justiça, Marcio Fernando Elias Rosa, disse ao jornal **O Estado de S.Paulo** que uma de suas metas é a criação de Promotorias especializadas, para assim aproximar a instituição do cidadão. Ele creditou sua vitória aos resultados obtidos em sua gestão no último biênio. “Vamos levar o Ministério Público a um patamar ainda maior de modernidade e de aperfeiçoamento. Vamos insistir em uma política propositiva para um Ministério Público cada vez mais voltado para a sociedade”. A eleição foi neste sábado (5/4). Elias Rosa conquistou 1.095 votos (58%) contra 791 de seu concorrente, Luiz Antonio Marrey. O nome do novo procurador-geral deve ser divulgado em 15 dias pelo governador Geraldo Alckmin, que pode escolher qualquer um dos dois.

Lei das domésticas

Com a proximidade das eleições e pressionados pelos trabalhadores, deputados deverão acelerar a votação do projeto que regulamenta os novos direitos dos empregados domésticos, assegurados pela Lei das Domésticas, promulgada há um ano. O projeto está parado na Câmara, mas há um compromisso do presidente da Casa, Henrique Alves (PMDB-RN), de levar o assunto ao plenário no próximo dia 14. A relatora, deputada Benedita da Silva (PT-RJ), disse que há consenso entre os parlamentares no sentido de votar a proposta antes do dia 27, quando se comemora o Dia da Empregada Doméstica. As informações são do jornal **O Globo**.

Centros de tortura

A Comissão Nacional da Verdade vai apresentar nesta segunda-feira (7/4), em audiência em São Paulo, um relatório parcial com o mapeamento dos centros clandestinos usados pelas Forças Armadas na ditadura (1964-85) para torturar e matar presos políticos. O levantamento, feito pela historiadora da UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais) Heloísa Starling, que presta assessoria ao grupo, vai elencar alguns desses centros clandestinos e os nomes dos militantes mortos nesses locais. As informações são do jornal **Folha de S.Paulo**.

Lista incompleta

Na semana passada, as Forças Armadas anunciaram que irá investigar crimes ocorridos durante a ditadura. Entretanto, de uma lista de 17 unidades civis e militares onde houve tortura e assassinatos, levantada por pesquisadores da Secretaria Nacional de Direitos Humanos, 11 estão fora das sindicâncias. As informações são do jornal **O Globo**.

Uso indevido de imagem

A empresa Herblist terá de recolher as peças publicitárias de um produto que utilizava

indevidamente a imagem da atriz Giovanna Antonelli. A decisão é do juiz Mario Cunha Olinto Filho, da 6 Vara Cível da Barra, no Rio de Janeiro. As informações são da coluna do Ancelmo Gois, do jornal **O Globo**.

Tarifa de ônibus

O Sindicato das Empresas de Transporte de Passageiros de Belo Horizonte disse que não irá cumprir a decisão judicial que determinou a suspensão do reajuste de 7,5% na tarifa de ônibus programado para a meia-noite deste domingo. A alegação é de que as empresas não foram notificadas da liminar concedida sexta-feira (4/4) pela 4ª Vara da Fazenda Municipal, que determina o adiamento do aumento por no mínimo 30 dias. O sindicato diz ainda não ter condições técnicas para reprogramar o valor das passagens nos validadores eletrônicos dos 3.036 ônibus da capital. As informações são do jornal **O Estado de Minas**.

No banco dos réus

Afastado de suas funções por grampear a conversa entre presos e advogados em uma investigação sobre corrupção na Espanha, o juiz espanhol Baltasar Garzón diz não aceitar sua punição. Em entrevista ao jornal **Zero Hora**, ele afirma que recorreu ao Tribunal Europeu de Direitos Humanos para tentar reverter a condenação a 11 anos de suspensão da magistratura. “Não consta no Código Penal que não se pode interceptar comunicações quando há indícios e provas de que a conversa serve para dar continuidade à atividade delitiva, utilizando os advogados como instrumentos para continuar a lavagem financeira fora da prisão. Considerei que era correto, como outros consideraram, mas a mim essa ação foi considerada incorreta e me sancionaram”, disse o juiz. Garzón ganhou projeção mundial ao determinar a prisão do ex-ditador chileno Augusto Pinochet e investigações sobre crimes ocorridos na ditadura de Francisco Franco (1939-1976), na Espanha.

Fonte: <https://conjur.jumps.com.br/2014-abr-06/noticias-justica-direito-jornais-249/>